

DOSSIÊ

Infância(s), Movimentos Sociais e Cidade: currículo(s) e formação docente

Infâncias, movimentos sociais e cidade: reflexões urgentes em meio à “fadiga da compaixão”

Childhoods, Social Movements and the City: Urgent Reflections Amid “Compassion Fatigue”

Marcia Aparecida Gobbi^a
mgobbi@usp.br

Cleriston Izidro dos Anjos^b
cianjos@yahoo.com.br

RESUMO

Este artigo tem como objetivo aproximar-se do tema amplo infância, movimentos sociais e o urbano e sua relação com processos de formação de professores e professoras e a relação com currículos escolares, os quais, muitas vezes, desconsideram o que há em torno das escolas, desde a creche, e demais formas de organização política e social, como elementos fundamentais a serem desenvolvidos de modo sensível e aprofundado em todos os segmentos educacionais: infância, pobreza, populações indígenas e de rua, vida urbana, processos participativos, patrimônio e cidade, são temáticas que se relacionam na produção da vida de todas as pessoas, desde bebês, que também inventam e produzem as cidades. Não há qualquer intenção de realizar a apresentação do estado da arte ou do conhecimento, mas apenas de tocar em questões importantes e produzir pensamentos sobre elas. Ao final, buscamos orientar a mostra de artigos contidos neste dossiê e que abordam o tema oferecendo contribuições para a continuidade dos debates aqui iniciados.

Palavras-chave: Educação. Infância. Urbano. Movimentos Sociais. Populações.

ABSTRACT

This article aims to approach the broad theme of childhood, social movements and the urban environment and its relationship with teacher training processes and the relationship with school curricula, which often disregard what is around schools, from daycare centers, and other forms of political and social organization, as fundamental elements to be developed in a sensitive and in-depth manner in all educational segments: childhood, poverty, indigenous and street populations, urban life, participatory processes, heritage and the city, are themes that are related to the production of the lives of all people, from babies onwards, who also invent and produce cities. There is no intention to present the state of the art or knowledge, but only to touch on important issues and produce thoughts about them. In the end, we seek to guide the display of articles contained in this dossier and that address the topic, offering contributions to the continuity of the debates started here.

Keywords: Education. Childhood. Urban. Social Movements. Populations.

^a Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, São Paulo, Brasil.

^b Universidade Federal de Alagoas (UFAL), Maceió, Alagoas, Brasil.

Quantos de nós têm dito que evitam o contato com as notícias sobre Gaza, especialmente aquelas que nos contam das crianças que morreram, as que perderam os pais, as que lutam pela vida nos hospitais destruídos?

Dizemos que já não podemos lidar com as imagens e as histórias; que não poderíamos funcionar ou responder às demandas da vida normal se continuássemos a prestar atenção; que já não aguentamos tanto sentir...

É isso a fadiga da compaixão.

Precisamos de algum modo nos fazermos frios. Sabemos que a tragédia continua inteira e que durará; sabemos que somos impotentes em alguma medida; não queremos acreditar que nós, os animais humanos, os civilizados, somos capazes de assim massacrar os inocentes e/ou de calarmos enquanto os inocentes são massacrados.

Eu também, já não quero escrever sobre a Palestina e suas crianças se o meu texto não tiver o poder e o efeito de despertar o mundo (Nasser, 2023, n.p).

O que acontece à sua volta/não é mais da sua conta. Como a geografia de um país que você deixa para sempre. Mesmo assim, de que maneira isso ainda lhe diz respeito? Justamente agora que não é mais de sua conta, que tudo parece acabado, cada coisa e cada lugar mostram-se em suas vestes mais verdadeiras, tocam-no, de algum modo, muito de perto – simplesmente como são: esplendor e miséria.

[...].

Que casa está queimando? O país onde vive, a Europa, o mundo inteiro? Talvez as casas e as cidades já estejam queimadas, não sabemos desde quando, numa única e imensa fogueira que fingimos não ver (Agamben, 2021, p. 12).

Introdução

Refletir sobre infância(s) daqui e de lá consiste no fio condutor deste artigo cuja finalidade encontra-se para além do desejo de articular temáticas que envolvem a elaboração do dossiê “Infância(s), movimentos sociais e cidade: currículo(s) e formação docente”. Desde já, visamos a criação de um tecido que enrede internamente os assuntos tratados e a propositura de diálogos com o que mais poderá vir, bem como sustentar tão amplos e necessários assuntos para os estudos sociais da infância em intersecção com a educação e estudos urbanos, em seu sentido mais amplo e a partir dos diferentes pontos de vista presentes no dossiê que ora se abre à leitura do público.

De modo introdutório, buscamos desenvolver este texto partindo de uma reflexão bastante abrangente, aparentemente distante do tema desenvolvido nesta revista, mas sobre a qual importa nos debruçarmos: a “fadiga da compaixão”. Ela guarda relações com a temática deste dossiê, produzido a partir da confluência entre temas latos, quais sejam infâncias, movimentos sociais e cidades, buscando relações com currículo e formação de professores da Educação Básica. Por serem amplos, exigem acurada compreensão e, por que não, certo exercício de autoanálise. Mas, por que nos atermos aqui à fadiga da compaixão, tal como denominado por Salem Nasser (2023)? Onde estão as imensas fogueiras que ardem sem que vejamos (de fato não enxergamos?)? De que nos servem as reflexões apresentadas pelos autores? Não estaríamos tão distantes dos acontecimentos e das histórias das infâncias e das vidas e mortes das crianças “de lá”? Os temas deste dossiê não estão voltados para realidades afastadas do que tem ocorrido em outros continentes? Afinal, não deveríamos nos distanciar e refletir apenas sobre questões diretamente relacionadas a nós e ao país

onde vivemos? Tempos atrás, ouvia-se com recorrência a expressão “cada um no seu quadrado”, para se referir a atos individuais que objetivam soluções particulares a questões políticas, sociais, econômicas e pessoais que nos aturdem. Implicada nessas falas, há forte presença do entendimento individualista da vida, que mais nos separa do que nos une, dando a compreender a economia capitalista da violência que se perpetua esparramada em nosso dia a dia e pelos mais diversos territórios. E as crianças? Não estão apartadas disso. Silenciam-se? Nem sempre. Afirmaríamos que quase nunca. Olhares sensíveis e escutas atentas são capazes de registrar suas manifestações que ocorrem de diferentes modos. Há que enxergar e sentir com o corpo todo e escolher politicamente de que lado estar. Esse dossiê foi proposto de modo a colocar-se junto delas em uma explícita escolha do lado de quem se deve estar e com quem seguir.

A relação feita por Salem Nasser, autor referenciado na epígrafe, nos remete diretamente, como é fácil supor, à guerra entre Israel e Palestina, que levou à morte quase uma dezena de milhares de crianças palestinas¹. Tragédia narrada majoritariamente por apenas um ponto de vista e que produz narrativas que nos levam ao desconhecimento da pluralidade das populações. Trata-se de prática que percorre gerações perseguindo e construindo certa forma de preservar uns em detrimento de outros, por vezes, sem deixar rastros.

Referindo-se à Palestina, Edward Said (2011) afirmou a existência há décadas de uma tragédia que expõe a negação e, de certo modo, a invisibilização de um povo. Inspiramo-nos em seu pensamento sobre o apagamento das narrativas palestinas, para refletir sobre a gradual suplantação e silenciamento feitos em relação às infâncias, que, como há tanto se discute e investiga, não são universais. Tais narrativas que importam são reduzidas a representações caricaturais de vários povos que nos são transmitidas pelas mais diferentes formas. Parece haver uma falta de ouvidos que ouçam (Said, 2011). Diremos que parece haver escassez de escuta ativa que redundem em boas proposições diante dos acontecimentos que historicamente nos acometem.

Como já debatido nos campos teóricos dos estudos da infância, trata-se de considerar as crianças. Afinal, quais seus pontos de vista e suas propostas para o que está acontecendo? Ao redor do mundo, temos histórias compostas por pessoas de todas as idades e milhares de crianças cujas vidas parecem importar mais quando extirpadas. O que está acontecendo se apresenta como sintoma de problemas muito maiores, cujas relações econômicas, mas também culturais, se sobrepõem a quaisquer outras e é por isso que optamos por trazer essa questão no início deste artigo. Entendemos que nesse debate são produzidas inúmeras faixas que se encontram presentes em diferentes regiões do mundo, onde pessoas deslocam-se caminhando diante de um presente sem futuro. Vai-se não se indo. Temos diante de nossos olhos – se não forem resultados de uma cegueira seletiva como afirmou Salem Nasser (2023) – um caso de colonialismo no século XXI. Inferimos que o que está ocorrendo é um dos muitos laboratórios do já tão mencionado “quem pode morrer, quem pode viver” que nos permitem deduzir quais são as pessoas passíveis de luto, como diria Judith Butler (2015).

¹ Não sendo o mote deste artigo não problematizaremos a questão Palestina e Israel, contudo, seguramente soma-se a essa dezena de milhares de crianças, outras tantas pessoas e suas familiares, vítimas da restrição feita por Israel à entrada de medicamentos em Gaza que impõe obstáculos à indústria farmacêutica palestina levando a mais mortes e corpos praticamente sem vida. Para mais informações, acesse: Choo-Kang (2024). Perguntamo-nos: “onde estamos?”.

Somamos a essa reflexão de Butler uma outra, feita por Mike Davis (1997), em que ele afirma de modo bastante contundente a existência de uma humanidade excedente, produto do capitalismo que descarta vidas e pessoas e, como é fácil observar, as crianças, afinal, precisamos de um presente sem futuro para elas. Afinal, de que serve tanta gente no mundo? Chegamos a um momento em que a obsolescência programada atingiu alguns grupos de seres humanos. Sobre esse descarte, e como forma de justificá-lo, cria-se toda sorte de pensamentos, inclusive burlescos, e outras práticas que visam responder ao porquê de não poderem continuar vivas. Com alguns argumentos seguem tirando vidas de quem é compreendido como ameaça. Tal como na obra ficcional *República luminosa*, de Andrès Barba (2017), o modo de falar, de se comportar, os gestuais e as formas de se organizar em grupos pelas crianças soam estranhos, e até rejeitáveis, às pessoas adultas. Na ficção, o autor cria cenas de repulsa e medo diante do que é exposto pelas organizações infantis. O estranho que amedronta encontra-se ancorado nas incompreensíveis práticas sociais das crianças. Será apenas na ficção que as organizações infantis são vistas como preocupantes ou objeto de desqualificação?

Não é nosso objetivo tratar especificamente de uma entre tantas guerras que tomaram e produzem nosso cotidiano, ora mais, ora menos visíveis. Mas, vale ressaltar que, neste cenário, pleno de contrastes, no qual crescem riquezas às custas de misérias, também surgem movimentos e ações coletivos que buscam enfrentar tais problemas, na intersecção com os problemas educacionais, o que urge ser discutido quando o assunto é formação de professores/as, bases curriculares para todos as etapas da educação, desde a educação infantil e a creche.

Se uma das definições amplas da palavra sintoma se refere ao fenômeno subjetivo de dor ou mal-estar que reclama seu fim, as guerras em que vivemos, ao contrário do fim, parecem lutar pela permanência, o que indiretamente produz uma fadiga individual que se torna coletiva gerada desde o delírio do capital e suas vestes inspiradoras de uma espiral de desigualdades, violências e agressões sem fim e que se situam para além do corpo físico. Embora distante geograficamente, isso guarda relações profundas com o que nos acomete no Brasil, pois implica em pensarmos sobre onde estão as crianças desde bebês, não apenas em pesquisas acadêmicas, mas nos diversos locais onde vivem e que são produzidos cotidianamente também por elas. Estamos fatigados?

Essa pergunta ressoa em nós a cada palavra escrita e diante de paisagens urbanas, por vezes, tão precárias. Parece-nos existir uma seleção de acontecimentos, em que predomina certo esquecimento geral do que vimos. Cria-se um estado de apatia do qual se sai esporadicamente para retornar assim que possível. De modo concomitante à apatia, bradamos que resistimos e temos muitas ações que de fato expõem resistências, tais como o grupo concentrado na zona leste paulistana, denominado “Mães em luta”, cujo questionamento volta-se para o Estado que mata populações infantis e juvenis, majoritariamente negras, nas periferias das grandes cidades. “Nos tiraram tudo, mas ainda temos fôlego para lutar” (Gonçalves *et al.*, 2022). Ao debatermos sobre o direito das crianças à cidade², um dos motes deste dossiê, não podemos nos isentar de refletir sobre o experimento de extermínio em que vivemos e o quanto isso vem recrudescendo. Há uma limpeza

² Crianças e o direito à cidade, tema amplo e importante, tem sido abordado em outras de nossas produções escritas a várias mãos, dentre as quais: “O direito das crianças à cidade: perspectivas desde o Brasil e Portugal” (Gobbi; Anjos; Seixas; Tomás, 2022), “Crianças, educação e o direito à cidade: pesquisas e práticas” (Gobbi; Anjos; Leite, 2021) e “Perspectivas para pensar as cidades: infâncias, educação, democracia e justiça” (Gobbi; Anjos, 2020).

étnica, há uma limpeza feita nas ruas, nas favelas, em regiões completamente deixadas ao léu, e crianças e mulheres³ não estão isentas disto.

Embora estejamos vivendo no Brasil, em um período político no qual se pretende continuar a construção da democracia, a escrita deste texto ainda se faz em um momento de polarização social e da presença de desigualdades sociais aviltantes em que direitos sociais conquistados são vilipendiados. Não podemos fechar os olhos para os direitos trabalhistas que se estreitam, nos posicionarmos de modo silente diante da fragilização dos sindicatos como expressão de luta e conquista de direitos de trabalhadores e trabalhadoras – a *uberização* é um excelente exemplo – e de um acirrado processo de privatizações que não excluem a educação pública nacional em todas as suas etapas. Essas ações implicam as vidas das crianças direta e indiretamente e ainda mais quando buscamos compreendê-las de modo interseccional. Entendemos as distintas experiências de opressão existentes voltadas à população negra, às mulheres, aos povos indígenas, às populações pobres, concentrando-se nas periferias das grandes cidades, e às crianças que vivem e produzem suas infâncias e relações dentro desses grupos, sobre os quais recaem preponderantes estratégias cada vez mais atualizadas de criminalização, punição, extorsão e expropriação. Há que refletir e continuar a produzir investigações que nos apontem, sob diferentes ângulos, possibilidades de respostas para essas realidades que irrompem nosso cotidiano, inclusive escolar, desde a creche.

Nas práticas políticas cotidianas, perguntamos: há resistências? E, em caso positivo, como resistimos? Tomando de empréstimo uma reflexão de Byung-Chul Han (2023), é possível afirmar que, embora vislumbremos ações consistentes e pontuais e as denominemos de resistência, há um processo de sedução em que não encontramos mais um opositor bem definido. Isso nos paralisa e molda a todos dentro de uma mentalidade empreendedora de nós mesmos, o que produz certo sentido e crença em uma suposta liberdade. A liberdade sentida dificulta os protestos e gera agressões contra a própria pessoa. Uma gigante nebulosa oblitera nossos olhares e pensamentos e forja, entre outras coisas, a criação de denominações questionáveis à opressão e exploração. A exemplo, o adjetivo “guerreiras”, como são denominadas muitas mulheres devido a sua sororidade e resiliência diante dos desafios de uma vida produzida desigualmente, pode ser confundido ao encontrar-se, muitas vezes, esvaziado de seu sentido político. Essa qualificação conduz à identificação da resistência em que também urge entender a reprodução do capital e de suas e seus trabalhadores, desde a cozinha, como investigou Silvia Federici (2019). O fato é que as mulheres se prostram extenuadas dentro de um cotidiano programado para invalidar o desejo e a prática de mudança em que predominam as preocupações pelo urgente. Estar em correria, estar “no corre” são expressões significativas. Rotineiramente usadas, evocam e mostram a reprodução de um cotidiano de sobrecargas e extorsões da própria vida. As crianças, especialmente as meninas, não estão apartadas desse corre, pelo contrário, a depender das condições de vida, podem reproduzi-lo. A casa, além do espaço de conforto para algumas pessoas, como tantas vezes afirmado, associada às rotinas domésticas, constitui-se como laboratório de práticas que produzem, revelam e reforçam

³ Para continuidade das reflexões, recomenda-se a leitura das seguintes produções escritas: “Necropolítica e as crianças negras: ensaios na pandemia” (Souza; Anjos; Correa, 2022); “Coletivos, mulheres e crianças em movimentos: na pandemia, do podcast ao livro” (Gobbi; Pito, 2021) e “Efeitos da pandemia e o aumento das desigualdades na vida das crianças: diálogos sobre violências e indiferenças (Finco; Souza; Anjos, 2021).

dependências econômicas nas dívidas contraídas com alimentação, aluguéis, medicamentos, transportes, educação (Cavallero; Gago, 2022). Está em jogo o universo adulto, majoritariamente masculino, e a manutenção da gestão da sociedade. O sistema patriarcal soma-se ao adultocentrado produzindo silenciamentos da infância, ou de parte dela, de modo a fazê-la aquiescer diante de práticas e prosseguir silente, tendo negada a compreensão de sua capacidade de produzir pensamentos e história. Urge estendermos essa reflexão quando o assunto são as crianças e questões curriculares, práticas pedagógicas e didáticas em que, por vezes, suas vidas são desconhecidas, ou consideradas para fora da escola, como se pudéssemos fracionar as vidas dentro e fora do ambiente escolar, com as famílias e com as creches ou demais instituições educacionais, deixando tais assuntos ao largo de processos de formação.

Considerando a casa e as práticas nelas engendradas como espaço reprodutor do capital e do patriarcado, Susan Ferguson (2023) relacionou essa reflexão às crianças afirmando que elas estão diretamente ligadas aos processos de apropriação e expropriação. Ao considerar a teoria de reprodução social em uma perspectiva feminista, a autora tece reflexões sobre as diferentes formas de trabalho infantil que é, segundo ela, objeto do trabalho feminizado, generificado e racializado de outras pessoas. Essas relações de opressão e exploração repercutem nos modos como as crianças e as infâncias são produzidas e reproduzidas e como ocorrem suas formas de participação e agenciamento, ao mesmo tempo que levam a questionar o desenvolvimento de infâncias comunitárias, abertas e integradas (Ferguson, 2023, p. 183). Tais questões incidem na problematização de uma sociedade cujos conflitos ancoram-se também em uma perspectiva adultocentrada inibidora da efetiva presença de crianças, desde bebês, como partícipes e agentes em distintos processos sociais, em que atos que podem ser considerados de caráter revolucionário podem e passam pelas crianças também, vendo-as como sujeitos políticos, incluídas nas lutas por novas formas de sociedade.

Considerar que a infância não é uma fase apenas, e sim uma modalidade da vida, remete a acreditar que há uma força revolucionária que habita as crianças, assim como as pessoas adultas. É também contrariar formas representacionais produzidas por adultas/os/es que desqualificam opiniões e decisões quando advindas das crianças. Não podemos esquecer que não se trata de algo determinista, refutamos a ideia de crianças como depósitos de conhecimentos, como há tanto se discute. Há subjetividades sendo construídas que escapam – e aquiescem – às égides deste modelo de controle, ao mesmo tempo que participam de suas próprias transformações como sujeitos que não se assujeitam a todo instante. Compreender as crianças e as desigualdades sociais requer o entendimento do como seus corpos e suas mentes experimentam e se desdobram contra os impulsos implacáveis do capital e as relações construídas (Ferguson, 2023, p. 185). As crianças encontram-se em profundo engajamento e negociações constantes que envolvem concomitantemente aspectos lúdicos e transformadores com o mundo, especialmente quando compreendemos as brincadeiras como expressões imaginativas e criadoras que forjam brechas e vivenciam outras relações na vida cotidiana alterando seus padrões, ainda que de leve. Há que reconhecer e aprender com essa porção brincalhona, existente nas pessoas, mas com enorme presença nas crianças. O tempo e o espaço na infância estão apartados da dominação direta do trabalho pelo capital, assim, constitui-se como freio à reprodução descabida, mesmo que de modo ligeiro.

Ao consultarmos estudos recentes sobre a infância e destacando a produção dos estudos sociais da infância, incluindo Sociologia da Infância e Antropologia da Criança, observamos que recentemente tomam forma investigações cujas preocupações voltam-se para crianças em diferentes contextos e condições de produção de vida que não apenas o escolar. Acreditamos que se trata da reverberação de uma virada em que pesquisadores passaram a se ocupar de crianças presentes entre a população em situação de rua nas grandes cidades, aquelas que, desde bebês, direta ou indiretamente, participam de processos e movimentos sociais de luta por habitação, outras que reivindicam direitos amplos a usufruir as cidades onde habitam e que são produzidas também por elas. A relação feita dentro e fora de ambientes escolares, incluindo a creche, passou a ser uma questão a ser enfrentada, pois a produção de territórios por onde deixam suas marcas e produções ganhou corpo e conteúdos cuja compreensão precisamos construir.

Como diria Ailton Krenak (2023), esse mundo que está findando é bom que finde. Mas, a questão sobre a qual continuar pensando é: o que estamos projetando para um futuro bem próximo? Parece-nos que se reafirma a cada dia a existência de um presente sem futuro. Inspirada e inspirado no pensamento da pesquisadora ativista Geneviève Azam (2020), afirmamos a finitude do mundo que se faz via inúmeros crimes de ecocídio praticados por pessoas que ainda acreditam que podem “transformar, sem qualquer dano, a Terra à sua disposição, organizada e tranquila” (Azam, 2020, p. 19). É deste mundo onde escrevemos sobre infâncias, diante da finitude do mundo que se finda. E elas? Elas, como afirmou Krenak (2023), são portadoras de boas novas.

Em vez de serem pensadas como embalagens vazias que precisam ser preenchidas, entupidas de informação, deveríamos considerar que dali emerge uma criatividade e uma subjetividade capazes de inventar outros mundos – o que é muito mais interessante do que inventar futuros (Krenak, 2023, p. 100).

De quantas boas novas se faz o urbano no presente com as crianças?

Como proposta de primeira reflexão, sugerimos que, ao tentarmos nos debruçar sobre o tema amplo “infância e cidade”, um dos assuntos presentes no dossiê “Infância(s), movimentos sociais e cidade: currículo(s) e formação docente”, ou sobre o tema “crianças na cidade”, uma primeira pergunta a ser feita é: o que entendemos por crianças e como nosso entendimento encontra-se presente na produção dos espaços urbanos?

Ficamos pensando se há políticas urbanas cuja fatura compreenda efetivamente a presença das crianças. Qual a concepção que se ancora por trás das articulações feitas? A depender, podemos entender apenas projetos majoritariamente pensados para elas e não com elas, embora tenhamos referências fundamentais que nos indicam caminhos a serem trilhados conjuntamente, tais como os propostos por Mayumi de Souza Lima, no Brasil, e Jane Jacobs, nos Estados Unidos, que já nos anos 1950 produzia pensamentos sobre os usos de espaços públicos pelas crianças, seja na volta da escola, seja nas brincadeiras a serem brincadas juntos nas calçadas, por vezes, desconsideradas e pouco aproveitadas como espaço para o fazer comum das pessoas nos possíveis encontros.

Passagem rápida apenas para tocar de leve na concepção que nos aproxima das crianças como agentes e, portanto, aquelas que podem ser pensadas como detentoras também do direito

à cidade, não apenas para usufruí-la, a partir do que fora projetado para elas (o que é raro, pois as cidades não são para pessoas e menos ainda para crianças com pouca idade), mas pensadas com elas, o que pode ser feito desde dentro da escola, por que não? Embora já vastamente pesquisado, trata-se de um ponto de extrema relevância, pois implica observá-las como detentora de vozes, cujas falas e demais manifestações expressivas podem contribuir, e muito, na produção de práticas inclusivas e igualitárias.

Deste modo, as perguntas “o que é ser criança?” e “quais concepções carregamos sobre ela?” ganham uma multiplicidade bastante grande de sentidos e avançam para o entendimento de que se é criança de modos diversos. Há diferenças quando se é negra, negra e pobre, negra, pobre e menina, europeia e brasileira ou latino-americana, migrante, de maior ou menor idade, indígena, com ou sem teto, entre outras possibilidades de construir a infância e o ser criança na cidade. Essas formas diferem em cada um dos bairros e das cidades em que vivem. Ao mesmo tempo, as questões que poderiam ser vistas como regionais espraiam-se e ganham enorme relevância permitindo-nos responder a indagações sobre elas, ora no singular, ora no plural.

Então, segundo nosso ponto de vista, para discutirmos sobre infância e cidade em diálogo com a educação, embora pareça óbvio, é fundamental refletirmos sobre quais concepções balizam nossos projetos de cidade e, ainda mais, quais dão suporte para pensarmos em projetos de sociedade e quais estão em curso. Afinal, ao abrirmos os jornais, ou acessarmos as páginas na *web* e nossas redes sociais, vemos frequentemente casos de violências e, cada vez menos raramente, acometidos contra crianças, em casa ou nas ruas. E precisamos falar sobre isso quando temos o assunto crianças e cidades em pauta. Afinal, que sociedade está escondida, ou explícita, quando temos diárias mortes que atingem a infância que a alimenta? Onde se esconde a vida e o que ela tem produzido?

Afirmar as crianças como sujeitas produtoras das cidades advém de concepções oriundas, como já mencionado, dos estudos sociais da infância e que bem mais recentemente se encontram com os estudos urbanos em uma rica e complexa produção de sentidos. Neste primeiro grande grupo, encontramos, apenas para sublinhar, a ideia das crianças cujas vozes e corpo inteiro podem ser ouvidos e vistos e cujas produções, nas creches, nas ruas, nas praças, nas escolas, em suas casas, sejam elas quais forem, são fundamentais para pensarmos sobre as cidades onde vivem e que também são produzidas por elas.

Francesco Tonucci (2019) afirmou há décadas que uma cidade que é boa para as crianças é boa para todas as pessoas que nela habitam e, assim, há que se pensar no que é bom com elas. Deste modo, o que temos é uma percepção política da presença das crianças como coparticipes em processos decisórios tomados em largas proporções. Afinal, o que as crianças pensam sobre suas vidas, o que gostariam de apresentar como propostas para um outro projeto de cidade e de sociedade? Refletir sobre isso, pensando em todas elas, exige de nós práticas constantes de observação, escuta e consideração deste outro. O que há por trás de uma cidade que exclui, entre tantos, também as crianças, ou parte delas? É fundamental chamarmos a atenção para uma produção que segrega e aparta determinados grupos de crianças, ou ainda, grupos sociais aos quais pertencem. A cidade que não é das crianças, pode ser vista de modo racializado, generificado, segregadora por idades, já que a perspectiva adultocentrada, em que a hierarquia das relações por idade se faz presente, encontra-se nos projetos arquitetônicos, na produção das cidades propriamente ditas e nas práticas sociais

cotidianas. Pessoas com menos idade (sem contar que não se comporta o tempo de pessoas idosas nos grandes centros urbanos) não possuem o tempo para usufruí-la, atrapalham o desenvolvimento do capital em sua aceleração avassaladora, agressiva e injusta que a produz de modo desigual, criando ruas onde apenas a passagem rápida é tolerada, quando tanto.

Para dizer o mínimo, construiu-se um imaginário bastante negativo sobre a rua, como o lugar de perigo e que não deve ser usufruído como local de parada. Elas se configuram, na maioria das vezes, como passagem e de modo ligeiro. Parar pode ser visto como ameaça à ordem urbana, ameaça a quem a observa com vagareza. Luis Antônio Simas (2019) chama-nos a atenção para o uso das ruas: se admitimos que o lugar de encontro são as praças ou os parques, apenas estamos negligenciando as ruas e relegando a elas o espaço do desencanto. Trata-se de importante reflexão quando a aproximamos de nossas preocupações com as crianças e suas formas de uso do espaço urbano.

Ao pensarmos sobre a infância em movimento e em movimentos sociais, enfrentamos o desafio criativo e político de incluí-las, não apenas como mais uma pessoa, ou grupo, a participarem de corpos presentes, mas como coparticipes ativos e presentes em processos de luta pela conquista e manutenção de direitos. Moradia, educação, currículo escolar significativo para seus processos de formação, saúde, afeto e cuidados constituem direitos que se encontram, por vezes, ao largo de suas vidas. Consideramos as opiniões das crianças? Ao escutá-las, o que é produzido a partir da escuta que, de fato, modifique o estado das coisas? Retornamos à pergunta: de quantas boas novas se faz o urbano com as crianças?

Movimentos sociais e infância: amplificar os sons e as práticas existentes

[...] utilizamos el concepto de infancia digna para referirnos a una infancia cuyas condiciones materiales estén garantizadas, así como también su libertad para participar de los procesos de toma de decisiones que hacen a su propia vida (Shabel, 2019, p. 80).

Recentemente, quem são e onde se encontram os ativistas atuantes na cena pública? Importa pensar sobre eles? Há novas configurações em movimentos globais, de esquerda e direita, que exigem outras abordagens? Essas indagações foram feitas por Maria da Glória Gohn (2022), voltando-se para certo reordenamento dos movimentos sociais na história recente do país. A autora aprofunda e, com isso, faz-nos pensar sobre as diferenças entre ativismos e movimentos sociais e as confluências de suas reivindicações e ações. São configurados tal como aprendemos a defini-los tempos atrás ou podemos lhes conferir a denominação de ações coletivas devido ao caráter mais efêmero dos atos feitos? Engrossamos esse caldo de importantes perguntas prosseguindo com as reflexões que dão início a esse artigo e que visam relacionar infância, cidades e movimentos sociais à educação. Historicamente desqualificadas e raramente vistas como potenciais atuantes em cenas políticas, aprendemos a estranhar a presença de crianças em debates sobre assuntos tidos como naturalmente pertencentes ao universo adulto. Acaba-se por mantê-las, sob alguns aspectos, distantes de processos decisórios ou de ações coletivas que envolvem crianças no urbano e que partem delas para compreender o urbano para além das pesquisas, conquistando formatos políticos e de presença e participação política com a infância.

São recentes os estudos preocupados com os processos participativos das crianças dentro de movimentos sociais: estão “entre”, misturando-se às pessoas e reivindicações adultas, ou constituem os próprios movimentos sendo escutadas e consideradas em seus direitos e exigências? Ora, se elas são entendidas como agentes ou atores sociais, nada mais comum do que estender tal compreensão para os movimentos sociais e os percursos decisórios que os constituem. Ao terem voz e vez, por que não as envolver nas decisões públicas e políticas? Esse envolvimento levaria a questionamentos intergeracionais e, talvez, ajustes que contribuiriam para configurações não hierarquizadas.

Nos anos 1980, foram gestados movimentos pelos direitos das crianças com relevância na Argentina e em outras partes do mundo. Distanciando-se dos discursos liberais, promoviam a aproximação de referências sindicais com vistas à igualdade social e a uma infância digna de modos indissociáveis. Na Argentina, o *Movimiento Nacional Chicos del Pueblo* (MNCP), nesta década, somou-se ao movimento operário cunhando a expressão “com ternura venceremos” sublinhando a presença das crianças e seus direitos como bandeiras levantadas junto aos trabalhadores e suas urgências. Além da luta pela “infância digna” foi um termo bastante usado como forma de se referenciar às garantias de condições materiais, bem como buscar a liberdade de participação em processos políticos de decisão sobre suas vidas. Infância digna tornou-se a bandeira, que, de modo amplo, guardava várias lutas conjugadas a outras ligadas à pauta sindical e que viria a ser tomada nacionalmente (Shabel, 2019).

Um aspecto importante a destacar foram as ponderações e a inclusão das crianças da população em situação de rua. Discutia-se que não havia “filhos da rua”, mas, sim, filhos do povo, portanto, de toda a população argentina e mundial, o que deveria ser considerado na elaboração de políticas públicas. Nas primeiras décadas dos anos 2000, as discussões sobre a precarização das vidas de crianças ganharam maior expressão popular vinculadas aos movimentos operários. Trabalhadores e trabalhadoras consideraram a participação das crianças e exigiram que fossem escutadas. “*Los chicos son parte de la clase y tienen que estar luchando con la clase*” (Giuliani, 2019 *apud* Shabel, 2019, p. 95). Há uma inegável compreensão da indissociabilidade entre luta de classes e luta com as crianças que pode servir como exemplo para recuperação da história de processos participativos infantis em movimentos sociais. Similar às Cirandas Infantis praticadas pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST) no Brasil, foram criados às crianças os espaços ambulantes para os momentos de marchas pelos direitos. Infelizmente, com o avanço mundial do neoliberalismo, em particular nos países do Sul Global, tais movimentos recrudesceram. Golpeados, os movimentos fragilizaram-se e com eles alguns dos direitos conquistados. Precarização do trabalho, recentemente nomeado de empreendedorismo, feito por si mesmo, tornou-se a tônica quando o assunto são direitos. Entre outras coisas, isso esvazia o sentido de uma história de lutas, avanços e conquistas políticas. Importa reafirmar que isso respinga fortemente no que se refere às infâncias, cujas crianças têm se tornado alvo, literalmente, de práticas de extermínio, majoritariamente crianças negras, indígenas, pobres, moradoras de periferias urbanas, onde encontram-se sob as égides do capitalismo em suas formas de governar das quais poucos escapam.

Embora tenhamos em nossa história ações coletivas, como o movimento “Fraldas Pintadas”, que colocava bebês nas ruas em carreatas com seus carrinhos na luta pela inclusão das creches no Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização dos Profissionais de

Educação (FUNDEB), a junção das pessoas, sem esquecer dos bebês, portava maior visibilidade às ações, além de educar para a compreensão da importância da participação de crianças com tão pouca idade. Em um momento cada vez mais hostil a diferentes grupos sociais e manifestações públicas de reivindicações nos espaços de disputas e em disputa, vale retomar, ainda que de modo tão breve, alguns movimentos, ora mais, ora menos efêmeros, mas que constituem, sem dúvidas, aspectos da história de uma infância em movimento – considerando a presença de adultas e adultos com elas – sobre a qual urge produzir pensamentos e futuros estudos. É imprescindível recuperarmos aspectos da memória de um passado nem tão distante referente às crianças, não apenas no Brasil, e lutas travadas por elas, de diferentes modos e condições.

Se é preciso lembrar para não esquecer, vale ressaltar o período histórico e as condições políticas em que escrevemos esse artigo. Ele está sendo elaborado em janeiro de 2024, quando há exato um ano as forças da extrema direita brasileira tomavam o Palácio do Planalto em Brasília expondo projetos políticos que vinham sendo articulados há mais tempo. Podemos compreender essa explosão/invasão como ato de extrema violência e como manifestação de ódio, que seguramente o é. No entanto, há algo mais que nos assola e poderia tirar o sono: ela apresenta o Brasil como possível laboratório de atrocidades da extrema direita no mundo. A organicidade de tais grupos de direita mostra-nos suas faces praticadas de modo a usurpar direitos já conquistados e a promover governos cujo modo de governar aproxima-se do mero gestor da ordem (Safatle, 2024), o que deve nos preocupar. Podemos inicialmente indagarmos sobre qual a relação existente entre esse fato político de extrema relevância, que se espraia para além de uma data que deve ser lembrada e criticada, qual seja 08 de janeiro de 2023, e as infâncias sobre as quais todos os artigos aqui reunidos se debruçaram.

Acreditamos que discutir sobre a extrema direita e seus atos é fundamental, pois suas formas de pensar e agir implicam a produção de infâncias vilipendiadas em seus direitos em um amplo leque, desde o direito à brincadeira, à habitação, à educação desde a creche, ao respeito, às amizades, ao ato de ir e vir pelas ruas de suas próprias cidades, à família, seja ela em qual composição. O enfrentamento que devemos fazer inicia com o ato de pensar sobre as infâncias forjadas nessa geração. Escrevíamos linhas antes sobre segregação, crianças como alvos em distintas comunidades periféricas, rechaço à pobreza, racialização, generificação, etarização da cidade que se fazem de modo mesclado, debaixo de nossas vistas, produzindo uma espacialização fragmentada em que, por vezes, resta-nos apenas o encontro com o igual, sem a devida percepção e relações com o que não somos nós. Há, assim, parece-nos, uma indiferença à vida, que está compreendida em cada um desses atos e, em certa medida, ao silenciamento aprendido que é burlado em frestas cavadas no cotidiano produzido e vivido. Talvez, no escarafunchar de brechas e fissuras encontremos as boas novas...

Os artigos e algumas de suas ideias: sem *spoiler*, mas para efetivar o convite à leitura e ao debate

Para que escrever se o texto não tiver o efeito de despertar o mundo? A indagação de Salem Nasser (2023), na epígrafe inicial desse artigo, não se refere ao despertar como modo de dar à luz a

quem supostamente não a tem, aproximando as pessoas de um pensamento único, de convicções desprovidas de exames críticos ou criativos. Pelo contrário, trata-se de despertar de forma a tocar para determinados acontecimentos vistos e vividos no presente histórico em que estamos, em que urge, não apenas refletir sobre ele, mas também tomar posições em relação às agruras vistas e vividas, ora mais, ora menos por grande parte da população mundial, especialmente povos indígenas, pessoas negras, trans, mulheres, pobres, migrantes e crianças. Inspirada e inspirado em Agamben perguntamos se, diante da casa que queima, não estamos “recobrando de maneira zelosa com gesso branco e palavras mentirosas que parecem intactos [...] as pessoas fingem viver aí e saem pelas ruas mascaradas entre as ruínas, como se ainda fossem os bairros familiares de outrora” (Agamben, 2021, p. 13). Fingimos não ver algo? O fingimento leva a certo “deixar a vida levar”, sem o comprometimento necessário com o presente que se torna sem um futuro, ou cujo futuro faz-se nublado, obstaculizado à nossa compreensão.

Neste artigo, ao optarmos por um caráter introdutório a temáticas tão desafiadoras, quanto importantes, sabemos que apenas tocamos de leve sem o devido aprofundamento com o qual elas reclamam tratamento. Essa opção foi feita com o objetivo de suscitar debates futuros e adensar aqueles já realizados no presente. Obviamente, não entendemos que um artigo possa salvar o mundo realizando mudanças estruturais das quais tanto carecemos. Mudar o atual estado de coisas exige pensar muito, tomar posições e expô-las, mas cremos que a escrita é também o registro de alguma forma de protesto. Isso feito com palavras, reflexões, produção de pensamentos. Deste modo, se dá a proposta de um dossiê cuja temática vem na esteira deste propósito ao tornar públicas algumas das pesquisas que têm sido realizadas problematizando tal temática.

No processo de organização deste dossiê, cuja temática ampla é infâncias, movimentos sociais e cidades na relação com currículos e formação de professores, buscamos reunir artigos por proximidade de abordagens e o fizemos a partir de unidades temáticas dispostas do seguinte modo: 1. Infância(s): direitos e participação; Participação infantil e direitos; 2. Movimentos sociais: há uma força particular entre as crianças; 3. Crianças e/na rua, crianças indígenas, disputas territoriais, currículo e formação de professoras e professores. Essa divisão em subtemas de modo algum apartam os textos e suas ideias. Ao contrário disso, há uma relação orgânica promovendo diálogos entre eles.

1. Infância(s): direitos e participação

Atualmente, seria um tanto trivial afirmar que ampliamos os estudos sobre participação infantil produzindo pesquisas que identificam a presença ou a ausência das crianças em diferentes espaços, sendo eles públicos ou privados, com suas diversas formas de participar. As pesquisas majoritariamente são voltadas para estudos dentro da escola e a participação possível no espaço escolar. Investigações relacionadas à compreensão de grêmios estudantis e assembleias, conselhos de estudantes, desde pouquíssima idade em muito contribuíram para o avanço de pesquisas cuja preocupação ampla concentra-se na afirmação das crianças como agentes, sujeitos históricos e de direitos. Ora são abordados com conotação política mais ou menos explícita, ora são compreendidas como atuantes/participantes ativos dentro do universo adulto, historicamente compreendido como

naturalmente destinado a práticas de cunho político. Em uma perspectiva adultocentrada e etarista, adultos, especialmente os homens, “nasceram para as práticas participativas mais visíveis”. Contudo, o que fora produzido sobre a temática ganhou contornos mais bem delineados e passaram a envolver diferentes expressões de participação e em outros contextos e condições e em diferentes países. Os artigos do subtema “participação infantil e direitos” contribuem para que possamos observar a pobreza e as discriminações a partir das crianças, colocando-as em perspectiva e considerando seus pontos de vista sobre uma temática nem sempre valorizada e investigada e que se aproxima do grande tema desigualdades sociais, com destaque para o artigo de Catarina Tomás e Carolina Gonçalves intitulado *O mundo aos nossos olhos e pelas nossas vozes: o que crianças dizem sobre direitos, discriminações e diferenças, gênero e pobreza*. A partir de uma escuta ativa das crianças, a autora analisa suas concepções sobre direitos, discriminações e diferenças, gênero e pobreza por meio de entrevistas e grupos focais.

Ana Sofia Silva, Cidália Ferreira Silva e Natália Fernandes, no artigo *A participação infantil no espaço público: propostas para pensar o direito da criança ao território*, apresentam um questionamento interessante, qual seja, há nas pesquisas feitas recentemente certo diálogo interdisciplinar que considera a categoria infância com seu valor próprio. Contudo, ao se falar em participação infantil, vê-se o conceito de cidade utilizado sem o devido aporte teórico que convém às pesquisas. As autoras, que tem a Sociologia da Infância como referência fundamental para suas análises, enfrentam o desafio do entendimento do uso do termo “território” como mais propício à cidade. No Chile, Mónica Alejandra Peña Ochoa busca concentrar-se na presença das crianças como fundamentais para as mobilizações sociais de seu país. Subjetividades políticas, o papel da escola e seus conflitos que conjugam infância e mulheres foram considerados em seu artigo *Crianças como atores políticos na escola: um caso de participação e conflito no contexto da redação da nova constituição do Chile*.

Com o estudo sobre crianças e cidade finalizamos esse conjunto de textos apresentando o artigo *Pesquisas sobre infância, crianças e cidade na Educação: tendências e desafios*, de Lutiane Novakowski. e Fabiana de Amorim Marcello. Sem a intenção de abordar todos os estudos sobre o tema amplo crianças, cidade e educação, as autoras nos apresentam reflexões sobre o assunto que podem ser conjugadas às demais quanto aos desafios a serem enfrentados pelos estudiosos e nos remetem à pergunta: em que estado encontram-se as investigações sobre cidade e educação?

2. Movimentos sociais: há uma força particular entre as crianças

Movimentos sociais, como temática de investigações e estudos, nem sempre, ou quase nunca, diríamos, estiveram conjugados à infância. Ao longo de nossa história, cuja importância dos movimentos sociais é inegável, aprendemos que esse assunto é coisa de adulto. Revela-se com isso uma perspectiva cuja centralidade no universo adulto, e masculino em sua maioria, ganhou e manteve proporções imensuráveis. Seguindo o desenvolvimento das pesquisas em que a universalidade infantil e o adultocentrismo conquistaram enorme relevância fazendo um giro nos estudos e modos de compreender as crianças e as infâncias, começou-se a considerar a presença das crianças como atuantes em movimentos sociais. Suas vozes, enfatizadas como também políticas, bem como suas

necessidades e seus desejos mais comezinhos tomaram espaço e se constituíram como de extrema importância. É disto que tratamos nos artigos apresentados no subtítulo “Movimentos Sociais”.

Marlé Aparecida Fideles de Oliveira Vieira e Valdete Côco refletem sobre os *desafios impostos ao trabalho com as crianças Sem Terrinha no contexto da Educação Infantil do Campo*, e as questões suscitadas foram encaradas a partir de referências como Paulo Freire e Mikhail Bakhtin. O enfrentamento de certas precariedades aliado ao conhecimento e satisfação com a profissão foram objeto de análise das autoras.

Na esteira dos estudos sobre assentamentos, encontramos o artigo produzido por Leila Damiana Almeida dos Santos, intitulado *A criança na constituição cultural, sociopolítica e educativa dos assentamentos de reforma agrária: negações e conquistas*, em que crescer envolto à incerteza da posse da terra produz uma vida insegura e condições precárias para prosseguir com a educação escolar propriamente dita. Voltando-se aos estudos das *Cronotopias do Encontro: Infância, universidade e movimentos sociais*, título e tema do artigo apresentado por Carolina Trapp de Queiroz e Rita Ribes Pereira, as autoras indagam sobre encontros e desencontros entre universidade e movimentos sociais, em especial quando o assunto é infância. A articulação entre ambas, universidade e movimentos sociais, é foco central das reflexões postas.

Com reflexões teóricas que envolvem autores importantes para os estudos urbanos, as autoras Maria Carmen Silveira Barbosa, Carolina Gobato e Claines Kremer apresentam no artigo *Pensar a cidade, os movimentos sociais e a educação: aportes de Richard Sennett* apontamentos fundamentais a serem compreendidos nos estudos sobre infância e cidade. Os conceitos “habitar” e “construir” tratados por Richard Sennett são articulados como fundantes para a vida cidadina.

Marineide de Oliveira Gomes finaliza este conjunto de textos contribuindo com reflexões sobre o território educativo do bairro de Heliópolis, na cidade de São Paulo, SP, Brasil. No artigo, denominado *Educação em territórios e políticas para as infâncias: o caso do bairro educador (Heliópolis - SP)*, a autora trata das práticas realizadas neste importante bairro da cidade em que políticas públicas foram pensadas e articuladas também com as crianças.

3. Crianças e/na rua, crianças indígenas, disputas territoriais, currículo e formação de professoras e professores

A perspectiva intercultural, as relações entre crianças indígenas, negras, pessoas trans, com diferentes idades, homens, mulheres, meninos e meninas avançaram consideravelmente como temáticas e bandeiras de lutas políticas em diversos espaços e por diferentes grupos, anunciando diferentes modos de compreendê-las dentro e fora da escola, na elaboração de propostas curriculares e demais práticas sociais.

Para nos aproximarmos desta temática, no artigo *Representándonos. Una reflexión situada de ciertos contenidos transversales de las ciencias sociales desde una perspectiva intercultural*, de Noelia Enriz, temos reflexões sobre crianças indígenas presentes, ou ausentes, nas proposituras curriculares na Argentina. Não se reduzindo a seu país, as indagações argutamente realizadas indicam a aproximação com a produção da subalternidade nos currículos escolares.

Acompanhando reflexões sobre crianças indígenas, preponderantes neste último conjunto de textos, temos *Crianças Kaingang em Espaços Urbanos: Aprendizagens Culturais e Sustentabilidade Indígena no Paraná*, de Rosângela Célia Faustino, Maria Simone Jacomini Novak e Lúcio Tadeu Mota. Neste artigo, as crianças Kaingang moradoras na cidade de Maringá, no Paraná, são objeto de estudo, sobretudo, em relação ao processo de disputas territoriais em que as aldeias urbanas são cada vez mais disputadas, o que evidencia o valor de mercado de suas terras em detrimento de suas vidas. As relações entre populações infantis indígenas e práticas de disputas curriculares e urbanas também se encontram presentes no artigo *Sentidos atribuídos à educação escolar pelos Guarani da Terra Indígena Morro dos Cavalos/SC e a articulação desse direito com outras lutas*. As autoras Ivone Maria Mendes Silva e Nauíra Zanardo Zanin utilizam-se de fontes imagéticas como forma de compreender as crianças envolvidas em processos de disputas entre educação escolar como direito e a vida produzida dentro e fora da Terra Indígena.

No artigo *As casas de pensamentos interculturais colombianas: práticas pedagógicas, culturas indígenas e reflexões transnacionais*, produzido por Flávio Santiago, Susy Yarley Hinestroza Rodriguez e Roberta Cristina de Paula, encontramos importantes reflexões sobre as propostas pedagógicas realizadas para e com as crianças nessas “casas” colombianas para crianças de zero a cinco anos de idade, ressaltando-se as lutas indígenas em seus conteúdos.

Contribuindo para os estudos curriculares e suas relações com comunidades externas e internas à Educação Infantil, temos as comunidades de pesca, que podem ser vistas como patrimônio cultural de diversas regiões brasileiras. Elas ganham importantes reflexões no artigo intitulado *O cuidado em comunidades de pesca: reflexões sobre e para o currículo da Educação Infantil*, de Suzana Marcolino e Adelaide Alves Dias, em que as autoras se debruçam sobre as práticas que envolvem formas de cuidado e a sua importância nos componentes curriculares para a Educação Infantil.

No artigo produzido por Ranulfo Cavallari Neto e Sonia Maria Dantas Berger, denominado *Vulnerabilidades e as infâncias na rua: enlacs do corpo, rua, formação docente e escola*, a rua é o tema central na relação com as crianças. Alijadas de espaços públicos, seu uso se dá apenas circunstancialmente, ou nas periferias urbanas onde brincadeiras e demais relações são tecidas cotidianamente. Isto é, podemos inferir diferenças de classe social, gênero, idade, sexo e raça na produção dos usos das ruas e suas produções. No entanto, essa temática, especialmente sobre população de rua, tem sido tratada em processos de formação de professoras e estudantes de Pedagogia?

Às disputas urbanas que urgem ser estudadas conjugadas a processos formativos na educação somamos o artigo e as reflexões produzidas por Lenira Haddad, Maria Assunção Folque e Isabel Bezelga em que o patrimônio histórico e cultural do Estado de Alagoas torna-se objeto de pesquisa em *A criança, a cidade e o patrimônio na construção do currículo e na formação docente na Educação Infantil*. Em que medida a infância é discutida ou considerada nos debates sobre patrimônio? E nas cidades consideradas bens patrimoniais materiais e imateriais? As reflexões contidas juntam-se às demais quanto às disputas territoriais e à produção de uma infância que é apartada da capacidade de produzir pensamentos e propostas. Na sequência, o artigo intitulado *Educação patrimonial com crianças: memórias e produção de representações sociais sobre a cidade*, de Jeysson Ricardo Fernandes da Cunha e Daniela Barros Silva Freire Andrade Correio, aborda vivências de crianças no

centro histórico da cidade de Cuiabá, partindo do pressuposto de ele é lugar de memórias, de afetos e identidade cultural.

Ainda acerca de pesquisas interculturais e decoloniais, educação e práticas urbanas, temos o artigo escrito por Martin Kuhn, Livio Osvaldo Arenhart e Sueli Salva, intitulado *Decolonialidade e educação infantil: para pensar uma pedagogia da infância*. A abordagem nos aproxima de estudos preocupados com a pedagogia da infância e seu compromisso com uma formação docente de caráter decolonial e, sobretudo, antirracista.

Como mencionado anteriormente, ao optarmos por um caráter introdutório a temáticas tão desafiadoras e importantes, esperamos suscitar debates futuros e adensar aqueles já realizados no presente. Destacamos que o conjunto de textos apresenta estudos e pesquisas desenvolvidas em cinco países, a saber: Argentina, Brasil, Chile, Colômbia e Portugal.

Resta-nos apenas desejar uma leitura enriquecedora e esperamos que estas publicações sirvam como fonte inspiradora para fomentar discussões e pesquisas futuras.

Referências

AGAMBEN, Giorgio. *Quando a casa queima*. São Paulo: Aynè, 2021.

AZAM, Geneviève. *Carta à Terra*. São Paulo: Relicário, 2020.

BARBA, Andrès. *República luminosa*. São Paulo: Todavia, 2017.

BUTLER, Judite. *Quadros de Guerra*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

CAVALLERO, Luci; GAGO, Verônica. *La casa como laboratorio: finanzas, vivienda y trabajo esencial*. Buenos Aires: Tinta Lemón, 2022.

CHOO-KANG, Candice. *Palestina: o apartheid também é farmacêutico*. Tradução: Gabriela Leite. *Boletim Outra Saúde*. 12 de janeiro de 2024.

<https://outraspalavras.net/outrasaude/palestina-o-apartheid-tambem-e-farmacaceutico/>

DAVIS, Mike. *Planeta Favela*. São Paulo: Boitempo, 1997.

FEDERICI, Silvia. *O Ponto Zero da Revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista*. São Paulo: Elefante, 2019.

FERGUSON, Susan. *Crianças, infância e capitalismo: uma perspectiva da reprodução social*. In: BATTACHARYA, Tithi (Org.). *Teoria da reprodução social: remapear a classe, recentralizar a opressão*. São Paulo: Boitempo, 2023. p. 181-209.

FINCO, Daniela; SOUZA, Ellen de Lima; ANJOS, Cleriston Izidro dos. *Efeitos da pandemia e o aumento das desigualdades na vida das crianças: diálogos sobre violências e indiferenças*. *Revista Humanidades e Inovação*, v. 8, n. 61, 2021. <https://revista.unitins.br/index.php/humanidadesinovacao/article/view/5734>

GOBBI, Marcia Aparecida; ANJOS, Cleriston Izidro dos. *Perspectivas para pensar as cidades: infâncias, educação, democracia e justiça*. *Práxis Educacional*, v. 16, n. 40, p. 13-24, 2020. <https://periodicos2.uesb.br/index.php/praxis/article/view/6986>

GOBBI, Marcia Aparecida; ANJOS, Cleriston Izidro dos; LEITE, Maria Cristina Stello (Org.). *Crianças, educação e o direito à cidade: pesquisas e práticas*. São Paulo: Cortez, 2021.

GOBBI, Marcia Aparecida; ANJOS, Cleriston Izidro dos; SEIXAS, Eunice Castro; TOMÁS, Catarina. *O direito das crianças à cidade: perspectivas desde o Brasil e Portugal*. Universidade de São Paulo. Faculdade de Educação, 2022. www.livrosabertos.abcd.usp.br/portaldelivrosUSP/catalog/book/804

GOBBI, Marcia Aparecida; PITO, Juliana Diamante. *Coletivos, mulheres e crianças em movimentos: na pandemia, do podcast ao livro*. Universidade de São Paulo. Faculdade de Educação, 2021. www.livrosabertos.abcd.usp.br/portaldelivrosUSP/catalog/book/575

GOHN, Maria da Gloria. *Ativismos no Brasil: movimentos sociais, coletivos e organizações sociais civis. Como impactam e por que importam?* Petrópolis: Vozes, 2022.

GONÇALVES, Gilvania Reis; RIBEIRO, Maria Medina; SILVA, Mirian Damasceno da; SOUZA, Rossana Martins de; SOUZA, Sidneia Santos; ANTONIO, Solange de Oliveira; SILVA, Tatiana Lima. *Mães em luta*. São Paulo: Mães em Luto/ZL; Fábrica de Cânones, 2022.

HAN, Byung-Chul. *Capitalismo e impulso de morte: ensaios e entrevistas*. Petrópolis: Vozes, 2023.

KRENAK, Ailton. *Futuro ancestral*. São Paulo: Companhia das Letras, 2023.

NASSER, Salem. Eles morreram com fome! *Selective Blindness*, 2023. https://salemhnasser.substack.com/p/eles-morreram-com-fome?utm_source=profile&utm_medium=reader2

SAFATLE, Vladimir. Mais um acordo pelo alto. *Revista Cult*, 2024. <https://revistacult.uol.com.br/home/acordo-pelo-alto/>.

SAID, Edward. *A questão Palestina*. São Paulo: UNESP, 2011.

SHABEL, Paola. “Con ternura venceremos”. Organizaciones sociales en lucha por la infancia digna (1983 - 2015). In: MORALES, Santiago; MAGISTRIS, Gabriela. *Niñez em movimento*. Buenos Aires: Chirimota, 2019. p. 79-105

SIMAS, Luis Antonio. *O corpo encantado das ruas*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019.

SOUZA, Ellen de Lima; ANJOS, Cleriston Izidro dos; CORREA, Núbia Cristina Sulz Lyra Correa. *Necropolítica e as crianças negras: ensaios na pandemia*. São Paulo: Editora, 2022.

TONUCCI, Francesco. *A cidade das crianças*. Portugal: Kalandraka, 2019.

MARCIA APARECIDA GOBBI

Doutorado em Educação, Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Campinas, São Paulo, Brasil; Professora, Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, São Paulo, Brasil.

CLERISTON IZIDRO DOS ANJOS

Doutorado em Educação, Universidade Federal de Alagoas (UFAL), Maceió, Alagoas, Brasil; Professor Associado, Universidade Federal de Alagoas (UFAL), Maceió, Alagoas, Brasil.

CONTRIBUIÇÃO DOS AUTORES

Autora 1 – todas as etapas foram assumidas integral e coletivamente pela autora e autor do texto, que também respondem pela organização do número temático.

Autor 2– todas as etapas foram assumidas integral e coletivamente pela autora e autor do texto, que também respondem pela organização do número temático.

APOIO/FINANCIAMENTO

O artigo e o projeto de organização do dossiê se constituem como desdobramentos de pesquisa financiada pelo CNPq, intitulada “Lutar, morar, cuidar: crianças e mulheres em luta por moradia nas periferias da cidade de São Paulo”, processo 315123/2021-4.

DISPONIBILIDADE DE DADOS DE PESQUISA

Não se aplica.

COMO CITAR ESTE ARTIGO

GOBBI, Marcia Aparecida; ANJOS, Cleriston Izidro dos. *Infâncias, movimentos sociais e cidade: reflexões urgentes em meio à “fadiga da compaixão”*. *Educar em Revista*, Curitiba, v. 40, e94770, 2024. <http://dx.doi.org/10.1590/1984-0411.94770>

O presente artigo foi revisado por Juliana Schiavoni. Após ter sido diagramado, foi submetido para validação do(s) autor(es) antes da publicação.

Recebido: 26/02/2024

Aceito em: 05/03/2024

Este é um artigo de acesso aberto distribuído nos termos de licença Creative Commons.

